



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVII — Nº 87

TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, **Petrônio Portella**, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1972

Suspende a proibição contida nas Resoluções nº 58, de 1968, e nº 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revogada pela de nº 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul possa aumentar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o limite de endividamento público, com a emissão e lançamento de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual, objetivando com esses recursos dar continuidade à construção, melhoria e pavimentação de rodovias fundamentais ao escoamento da produção rio-grandense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO DA ATA DA 98.^a SESSÃO, EM 11 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado n.º 40/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências.

2.2 — Discursos do expediente

SENADOR EURICO REZENDE — Dia da Imprensa.

SENADOR BENJAMIN FARAH — Dia da Imprensa. Inauguração da 1.^a etapa da Cidade Universitária da Ilha do Fundão — GB.

SENADOR CARVALHO PINTO — Manifestação de pesar pelo falecimento do professor Noé Azevedo. Problema do leite.

SENADOR FILINTO MÜLLER — Homenagem de pesar pelo passamento do Coronel Gustavo Rodrigues da Silva.

2.3 — Comunicação da Liderança da ARENA

Relação dos membros da ARENA que deverão comparecer à Assembléia-Geral da União Interparlamentar, em Roma.

2.4 — Comunicações da Presidência

— Composição da representação do Senado à Assembléia-Geral da União Interparlamentar a realizar-se em Roma.

— Convocação de sessões conjuntas do Congresso Nacional com Ordem do Dia que designa.

3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972 (n.º 737-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool a alienar as Destilarias Centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e dá outras providências. **Discussão encerrada** após leitura de emenda de Plenário e falar em sua discussão o Senador João Cleofas, voltando às Comissões competentes.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 83-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR RUY SANTOS — Mensagem do Presidente Médici dirigida à comunidade israelita do Brasil no transcurso do ano novo hebraico.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Política indigenista brasileira. Trabalhos do VII Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Brasília.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Impressões colhidas em recente viagem que empreendeu a cidades do Estado do Paraná.

SENADOR ANTONIO FERNANDES — Dia da Imprensa.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 98.ª SESSÃO EM 11 DE SETEMBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, CARLOS LINDENBERG
E RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — João Cleofas — Arnon de Mello — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Benjamin Farah — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiaido — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Mattos Leão — Ney Braga — Celso Ramos — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o

comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 40, de 1972

Dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A propaganda comercial de toda e qualquer produto de consumo público, seja qual for o veículo de comunicação, reger-se-á pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, produtos de consumo público são todos aqueles destinados à alimentação, saúde, higiene, habitação, vestuário, além de outros de necessidade secundária, desde colocados à venda ao público.

Art. 2.º Não se divulgará nenhum anúncio publicitário contendo afirmações sobre qualidades de produtos do consumo público, sem que, antes,

seja apresentado o correspondente atestado liberatório de publicidade, expedido pela autoridade competente para a respectiva fiscalização.

Parágrafo único. Os veículos de divulgação, responsabilizar-se-ão solidariamente com o anunciante, quando for constatada a falta daquele documento.

Art. 3.º As embalagens, etiquetas e rótulos de quaisquer produtos somente poderão conter dizeres relacionados com sua qualificação especial, quando dos mesmos também constar, com destaque equivalente, o número de registro de comprovação da qualidade assinalada, feito pelo órgão competente.

Parágrafo único. Quando se tratar de produtos com qualidade deteriorável por efeito do tempo, a embalagem, etiqueta ou rótulo respectivos deverão registrar, de forma visível, a data de fabricação e o prazo em que se expira a sua validade.

Art. 4.º Os produtos destinados à alimentação, que contenham qualquer elemento químico, somente poderão ser vendidos ao público, mediante acondicionamento em embalagens que especifiquem a sua composição, com descrição das propriedades favoráveis e suas contra-indicações.

Parágrafo único. Produtos químicos de uso doméstico, bem como

quaisquer outros em cuja composição entre algum ingrediente que possa fazer periclitir a vida ou a saúde do usuário e terceiros, deverão ter embalagem especial de proteção e só poderão ser colocados à venda, se da mesma constar observação específica sobre o perigo e sobre os cuidados que se devem ter no seu manuseio.

Art. 5.º A propaganda de produtos químicos-farmacêuticos será feita apenas através de agentes dos fabricantes ou revendedores e direta e pessoalmente junto aos médicos e hospitais, vedada a sua divulgação por qualquer outro meio de comunicação.

Art. 6.º O descumprimento das disposições desta lei acarretará:

a) aos veículos de propaganda, multa entre cinco (5) e vinte (20) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País;

b) aos fornecedores, revendedores, fabricantes e quaisquer outros que, por qualquer forma, participem da colocação do produto à venda, bem como os que sejam responsáveis pela sua divulgação em desacordo com esta lei, multa entre dez (10) e cinquenta (50) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1.º A aplicação de multa prevista numa das alíneas anteriores, não exclui a da outra.

§ 2.º Em caso de reincidência, a pena será aplicada em dobro, podendo a autoridade autuante, nos casos de comprovada contumácia dos infratores, determinar a suspensão do veículo de propaganda pelo prazo de dois (2) a trinta (30) dias e apreensão de toda a mercadoria que esteja sendo comercializada ou anunciada em desacordo com esta lei.

§ 3.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão oficial responsável pela fiscalização correspondente.

Art. 7.º O Poder Executivo, dentro de noventa (90) dias da data de promulgação desta lei, baixará o Regulamento necessário à sua execução, dispondo, inclusive, sobre os recursos administrativos cabíveis contra a aplicação das penalidades previstas no artigo anterior.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os modernos veículos de comunicação e propaganda são, hoje em dia, a grande força de que se valem a indústria e o comércio para abertura e conquista de mercados consumidores.

E, por ser assim tão importante a participação da propaganda na venda ao público, algumas empresas há que apenas se preocupam em bem di-

vulgar os seus produtos, apregoando, não raro, qualidades que eles não têm, mas conseguindo introduzi-los facilmente no mercado e até mesmo, nalguns casos, suplantam os competidores que porventura ofereçam melhor qualidade, mas não divulgam com a mesma intensidade.

A verdade é, assim, negaceada, não só em prejuízo do consumidor, mas também de uma ética mínima que deveria presidir a sistemática da divulgação publicitária no País.

Não é, pois, sem motivo que muitas autoridades e cidadãos responsáveis têm, a todo momento, procurado alertar o Governo para os inconvenientes dessa situação, notadamente quanto à necessidade de preservação da saúde pública, eis que a população consome mais em função de anúncios condicionadores que de qualidades efetivas, chegando alguns até a sugerir a criação de um instituto nacional de defesa do consumidor (v. entrevista do prof. Vespasiano Consiglio, no *Jornal do Brasil*, de 30-10-71 e outras publicações mais recentes).

É verdade que temos o Código Brasileiro de Alimentos (Decreto-lei n.º 209, de 27 de fevereiro de 1967), a esta altura bastante alterado até mesmo na nomenclatura, dentre cujas disposições encontram-se muitas destinadas a proteger o consumidor e a aplicar sanções aos inescrupulosos que, volta e meia estão a utilizar os mais variados expedientes, inclusive o da propaganda, para atribuir aos produtos qualidades que eles não têm.

Mas, o fato de essa legislação referir-se apenas a alimentos — e não a todos os produtos destinados ao consumo público — e, bem assim, a circunstância de a experiência já haver demonstrado que ela é insuficiente para coibir todos os abusos ordinariamente praticados, levam-nos a cogitar de uma outra fórmula legal abrangente também da propaganda comercial fraudulenta dos produtos destinados ao consumo público, quaisquer que sejam eles.

Uma legislação que, sem interferir grandemente no mercado publicitário, ao menos obrigue os veículos de propaganda (rádio, jornal, televisão, etc.) e os seus anunciantes (fabricantes, revendedores, etc.), a obedecer certas normas fundamentais, relativamente ao apregoamento de qualidades dos produtos anunciados. Essas — as qualidades dos produtos — podem ser divulgadas, pois que o contrário seria irracional e até desestimulante, mas terão que ser, antes, constatadas, atestadas pelas autoridades fiscalizadoras competentes.

Pelo que está preconizado no projeto (arts. 2.º a 4.º), apenas aquelas qualidades efetivamente atestadas se-

rão anunciadas ao público que, assim, estará defendido dos embustes publicitários e terá a sua atenção atraída por afirmações verdadeiras, chance-ladas pelo Poder Público, através dos seus órgãos competentes.

No art. 5.º procura-se circunscrever a publicidade de produtos químicos-farmacêuticos às suas reais necessidades. Argumente-se, em defesa dessa parte do projeto, que esse tipo de propaganda, não podendo servir de orientação direta ao consumidor, eis que só aos médicos compete indicar e prescrever medicamentos, somente serve para onerar desnecessariamente o custo da sua produção e comercialização, ônus esse que, invariavelmente, cai sobre o próprio consumidor.

No art. 6.º estão previstas as penalidades para os infratores da lei, todas elas de caráter pecuniário e baseadas no salário-mínimo. Apenas uma exceção, mas igualmente de reflexos pecuniários, a do § 2.º aplicável aos infratores continuamente recalcitrantes.

Por último, convém assinalar que inúmeros países mais adiantados, casos, por exemplo, da Suécia e Estados Unidos, já possuem legislação específica a respeito da matéria, talvez com menor alcance do que a aqui preconizada, mas cuja aplicação tem obtido os resultados mais satisfatórios possíveis.

Submeto, pois, à apreciação dos meus ilustres Pares o presente projeto, elaborado com base em quantos elementos nos foram possível compilar aqui e alhures, com objetivos de abrangência a todos os produtos de consumo público; alimentamos a convicção de que ele se destina a efetivamente proteger o consumidor comum e a disciplinar a propaganda comercial de produtos tais.

Oxalá possam as Comissões desta Casa, através de trabalho profícuo, aperfeiçoar o projeto, de modo a fazer que realmente atinja seus objetivos.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972. — José Lindoso.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Saúde e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O projeto, após publicado, será distribuído às Comissões competentes.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, que falará como Líder.

O SR. EURICO REZENDE — (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Maloria da Casa registra, nesta oportunidade, o transcurso de grata efeméride, talvez a mais importante na vi-

da mental do País, que é o Dia da Imprensa, recém-transcorrido.

Todos sabemos, através do depoimento da História, que a implantação de órgãos de imprensa, no Brasil, na época pioneira, se constituiu num verdadeiro ato e, mais que um simples ato, numa prolongada pertinácia de heroísmo. Basta que citemos a circunstância de haver sido fundado e circulado na Inglaterra o **Correio Brasileiro**, o que demonstrou, por si só, que verificadas as dificuldades e, principalmente, as limitações então vigentes, o idealismo libertário do povo brasileiro atravessou os mares e instalou na longínqua Albion uma oficina a serviço da independência do nosso País.

Com o advento do Império, principalmente, os órgãos da imprensa começaram a se desenvolver, mercê do clima propício à polêmica. E hoje, quando ainda nos encontramos na perspectiva e na memória das grandes emoções sesquicentenárias, verificamos que os nossos órgãos de comunicação adquiriram um prestígio indiscutível, projetando-se, também, sob o aplauso e o respeito internacionais. Com justo orgulho e inalienável vaidade, podemos afirmar, sem receio de contestação, que alguns órgãos de Imprensa brasileira têm condições competitivas com os melhores jornais que se publicam no mundo inteiro.

Instrumento vigoroso de serviço social, a Imprensa vem merecendo do nosso povo o incentivo para que, cada vez melhor os seus padrões, buscando melhorar não apenas o seu parque gráfico, mas sobretudo aqueles fatores, aquelas condições e recursos que colocam e transformam os nossos jornais, e outras publicações, como instrumentos de colaboração em favor do desenvolvimento do País.

Devemos, Sr. Presidente, assinalar que a Imprensa brasileira vive hoje, notadamente hoje, a sua fase áurea em nosso País, porque lhe tem sido proporcionado diariamente, na alternância dos dias e das noites, no curso dos anos, o ensejo de colocar diante do conhecimento, da atenção, do raciocínio, transformando-se em louvor e em aplauso, fatos e conquistas que estão se constituindo naquele Brasil, que as gerações do futuro desejavam vê-lo, grande e respeitado pelo seu desenvolvimento econômico, pelo calor dos seus ideais democráticos, pelo bem-estar social do povo brasileiro.

Sr. Presidente, se estabelecemos, então, um confronto entre a matéria-prima pertinente ao desenvolvimento nacional oferecida aos nossos jornais, nos dias que correm, e a matéria-prima, quase sempre escassa, proporcionada no passado, verificaremos que a Imprensa brasileira da atualidade se transformou realmente, inquestionavelmente, numa diária, numa diuturna,

na, numa permanente ponte mental entre o Brasil e a comunhão de consciências dos brasileiros.

E o que devemos ressaltar, Sr. Presidente, é que a Imprensa brasileira tem feito jus e tem retribuído essa contribuição caudalosa que o Governo brasileiro, entendido este em termos de governos estaduais e governos municipais, tem proporcionado aos seus noticiários. Dia a dia, as vozes do rádio, as imagens da televisão e as colunas da imprensa comunicam ao povo brasileiro mais um passo esmagante dado em favor do seu desenvolvimento social e econômico e em obsequio, sobretudo, da nossa civilização cristã e eterna. E porque reconhece esta fascinante contribuição é que a Imprensa compreende perfeitamente esse entendimento de alto nível entre o Governo e diretores de jornais, para que fatores de perturbação ou de exploração nociva e passional não embarquem a arrancada titânica do nosso desenvolvimento e, principalmente, a ordem pública, a paz e a tranquilidade da família brasileira.

O Sr. Arnon de Mello — Dá V. Ex.^a licença para um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço V. Ex.^a

O Sr. Arnon de Mello — Desculpe-me V. Ex.^a por interromper seu brilhante discurso. Citou V. Ex.^a Hipólito José da Costa e a Independência a propósito da Imprensa brasileira. Congratulando-me com V. Ex.^a pela justa homenagem que lhe presta, desejo lembrar que a liberdade de imprensa precedeu, no Brasil à Independência, e, depois de proclamada esta, "O Tamio", órgão que defendia a posição dos Andradas, então contra o Imperador, foi impresso na Imprensa Régia. Vê-se bem por aí a importância que já aquele tempo tinha a Imprensa no Brasil.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a contribuição de V. Ex.^a, mas devo aduzir e, sobretudo, esclarecer que ao citar o fato de haver sido implantado um órgão de imprensa brasileira na Inglaterra foi para caracterizar o heroísmo, a vocação libertária do povo brasileiro.

Sr. Presidente, com estas palavras, a Maioria da Casa dirige uma saudação gratulatória a todos os órgãos de imprensa, escrita, falada e televisada, envolvendo, também, os diretores, gráficos, jornalistas e repórteres que compõem a fascinante paisagem da Imprensa brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah, que falará em nome da Minoria, como Líder.

O SR. BENJAMIN FARAH — (Como Líder, pronuncia o seguinte dis-

curso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o MDB associa-se à Bancada da ARENA, nesta manifestação de apreço à Imprensa brasileira, ao ensejo desta efeméride.

O nobre Senador Eurico Rezende, com aquela inteligência que Deus lhe deu, já traçou o perfil da nossa Imprensa, que madrugou no tempo na sua grande luta em defesa da liberdade.

O Brasil, realmente, tem uma grande dívida com a nossa Imprensa, pela sua participação em todos os movimentos de emancipação deste povo e deste País.

Por este motivo, Sr. Presidente, com a maior alegria, nossa Bancada rende homenagens à Imprensa mas igualmente presta o seu culto de respeito e de gratidão àqueles jornalistas que se ofereceram em holocausto por suas idéias; que pagaram com o sacrifício da sua liberdade, nos cárceres, pelas suas lutas, mas que deixaram a marca dos seus sentimentos, executaram as suas missões e fizeram com que este País conquistasse um estágio de liberdade, de justiça e de fraternidade. Em todos esses movimentos, desde a proclamação da nossa Independência e antes mesmo, conforme foi citado, a Imprensa comparece na primeira linha de combate; depois, também, na implantação da República e em tantos outros movimentos, Sr. Presidente.

Quando o mundo era sacudido pelo ditador nazista, com a complacência de outros tiranos, e o Brasil estava numa posição de expectativa, foi pelo trabalho da Imprensa, pela luta travada nessa grande tribuna, que chegamos a tomar uma posição consentânea com as nossas tradições. O Brasil, então, ficou ao lado das Nações Unidas. O trabalho da Imprensa, nesses dias terríveis, foi digno de menções honrosas.

Quero, portanto, Sr. Presidente, em nome da minha Bancada, expressar louvores e agradecimentos a todos aqueles que deram um pouco do seu sacrifício em favor desta Pátria e deste povo. E nós, aqui, no Congresso Nacional, também temos uma dívida com a Imprensa: ela nos ajuda diariamente, leva nossa mensagem a este Brasil longínquo, transmitindo, assim, a imagem deste Congresso, que é um Congresso presente, sensível a todos os problemas de interesse da nacionalidade, mas que está muito longe das grandes concentrações demográficas; é, então, a Imprensa a nossa ponte, o veículo que nos transporta aos mais distantes rincões desta Pátria.

Por tudo isto, aqui fica consignada a homenagem do nosso Partido, que também é a homenagem do povo brasileiro, à nossa querida e brava Imprensa.

Sr. Presidente, ainda nesta oportunidade quero fazer um registro:

Somente a cultura propicia condições favoráveis à elevação dos padrões sociais de um povo, preparando-o, ainda, para enfrentar o avanço da Ciência e da Tecnologia, com reais possibilidades de êxito. Como parlamentar e professor, acompanho com muito interesse tudo o que se faz pelo desenvolvimento intelectual, tanto no Brasil como no exterior. Chego a ficar otimista ao ver que, nos últimos anos, muitos Governos estão dando o melhor dos seus esforços para a Educação e Ensino.

A Guanabara pode hoje ser considerada o mais importante núcleo cultural do Brasil, com reflexos nos demais Estados e Territórios, servindo mesmo de barômetro ao nosso esforço nesse setor. Por isso, não podia deixar de registrar aqui, para que fique nos Anais da Casa, a inauguração da primeira etapa da Cidade Universitária do Fundão.

O próprio Chefe do Governo, General Emílio Garrastazu Médici, presidiu a cerimônia de inauguração, que contou com a presença de centenas de autoridades civis e militares, destacando-se, entre elas, o Governador Chagas Freitas, cujo empenho, na conclusão da Cidade Universitária, é de todos conhecido.

E, pela primeira vez, podemos dizer que um complexo de Ensino, de nível superior, está em vias de concretização, para possibilitar a milhares de jovens as condições indispensáveis para poderem adquirir conhecimentos e títulos que serão empregados nos diversos setores de atividades, participando, assim, do crescimento e do desenvolvimento da Pátria brasileira.

A importância da inauguração da primeira etapa da Cidade Universitária do Fundão é muito grande, e os aplausos que o Presidente Médici recebeu, quando ali chegou para a inauguração — em companhia dos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Professor João Leitão de Abreu e General João Batista de Figueiredo, respectivamente; e do General Carlos Alberto da Fontoura, Chefe do Serviço Nacional de Informações — evidenciam o significado do ato. Aplausos merecem o Ministro Jarbas Passarinho e o Reitor Djacir Meneses, pela participação que deram em busca desse nobre objetivo.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. BENJAMIN FARAH — Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a faz muito bem em registrar o fato, e isto porque, como representante legítimo da Guanabara, sensível aos anseios do seu povo, lhe cumpria justamente

destacar a primeira etapa da Cidade Universitária, onde o atual Governo já aplicou quase 400 milhões de cruzeiros.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado ao aparte de V. Ex.^a

Sr. Presidente, entendo ser indispensável que as obras do Fundão tenham prosseguimento em ritmo acelerado, a fim de que a Nação seja dotada de uma Cidade Universitária das mais modernas e mais aparelhadas do mundo. Assim procedendo, estaremos oferecendo aos nossos jovens as oportunidades indispensáveis para que se encaminhem na vida e se transformem em cidadãos úteis à coletividade e à Pátria.

Nas cerimônias da Ilha do Fundão, um dos pontos que mereceram destaque foi o Centro de Pesquisas da PETROBRÁS, cujas obras estarão concluídas em 1973. Ali, serão investidos 60 milhões de cruzeiros em equipamentos destinados às mais complicadas pesquisas no campo petrolífero, com o propósito de dar oportunidade aos nossos técnicos de encontrarem nova destinação para os subprodutos de petróleo e aperfeiçoando os existentes, principalmente no campo do plástico.

O Sr. Osires Teixeira — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. BENJAMIN FARAH — Com muito prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Eminentíssimo Senador, conforta à Casa e à Nação ver V. Ex.^a, como um representante legítimo da Guanabara, alegrar-se com a inauguração da primeira etapa do Fundão. Do Fundão cujos recursos, V. Ex.^a bem recorda, foram deslocados da participação do Brasil na EXPO-72, de Tóquio, para que a juventude brasileira tivesse melhores e maiores oportunidades através da construção daquele extraordinário campus universitário. É uma prova irrefutável e incontestável da disposição governamental, do desiderato do Governo da Revolução, em dar melhores condições à juventude de prosperar, crescer e aprender mais. E se aparteio V. Ex.^a quando menciona a construção do Laboratório da PETROBRÁS no Fundão é para permitir-me dizer que tenho conhecimento de que a CSN e a COSTA associadas irão estabelecer no Fundão também os seus laboratórios de pesquisa no que respeita à siderurgia brasileira, concentrando, por assim dizer, naquela região todos os laboratórios da alta tecnologia do Brasil. A Guanabara está de parabéns. V. Ex.^a está de parabéns como representante daquele Estado e enfatizou muito bem a presença do Governador Chagas Freitas, na sua luta incessante em favor de Fundão, que encontrou, no eminente General Emílio Médici, aquele homem capaz de atender aos reclamos do Governo da

Guanabara e, sobretudo, aos reclamos do Brasil — em construindo Fundão, cuja segunda etapa, pode V. Ex.^a estar tranqüilo, será prosseguida no mesmo ritmo em que foi realizada a primeira.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado pelo seu aparte. V. Ex.^a fez muito bem em citar o caso do desvio das verbas da Exposição para o prosseguimento das obras do Fundão, que estavam paradas esperando oportunidade. Essas verbas vieram numa hora muito boa. Assisti à inauguração da primeira etapa e fiquei vivamente impressionado. Acha que nós, que estamos preocupados com a mocidade, preocupados com certos conflitos que a mocidade vem enfrentando, só encontramos resposta através da educação.

Ai está o caso da Alemanha: entrou na guerra, desafiou todos os povos democráticos e foi, por conjugação de esforços, sobretudo dos povos ocidentais, violentada, triturada, despedaçada pelos bombardeios de outros países. A Alemanha quase que foi transformada em cinzas. Após a guerra, se ergueu pouco tempo depois, estava exportando os seus produtos, estava exportando máquinas, estava exportando, enfim, uma grande produção, em face da sua economia que estava sendo recuperada. A Alemanha conseguiu, em pouco tempo, tornar-se, de país vencido, país fornecedor e credor de quase todos os outros países, por causa da cultura de seu povo, sobretudo por causa da cultura técnica.

Eu me lembro de que, em 1953, visitando uma cidade da Alemanha, Duisburgo encontrei um General que fez parte do Estado-Maior do General Rommel. Esse General era o administrador, era o prefeito da cidade. Ele estava fazendo a recuperação. Explicava-nos: Sr. Deputado, essa cidade, depois da guerra, era um montão de escombros. Agora, veja como está bonita! Que beleza! Tínhamos aqui duas ou três pontes. Já temos dez! Vamos construir outras mais." Visitamos as fábricas de matrizes. Estavam exportando máquinas para o Brasil, para a Inglaterra, para a Rússia, para o Japão, para a China, para toda parte. Vejam a importância da cultura de um povo! Acho que somente através da educação — e o Governo faz muito bem em atacar o problema — somente através da educação, do preparo da mocidade, é que poderemos sair do estágio de país subdesenvolvido e atingir o de país desenvolvido, colocando-nos na verdadeira posição de país continental.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENJAMIN FARAH — Com prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador Benjamin Farah, congratulo-me com a doura Oposição desta Casa

pelo discurso de V. Ex.^a Louvando, exaltando, destacando um empreendimento do Governo da Revolução, V. Ex.^a não somente pratica um ato de justiça mas também dá uma demonstração de que vivemos uma fase realmente de desenvolvimento político.

O SR. BENJAMIN FARAH — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a é isso mesmo.

Sr. Presidente, sou um homem de Oposição. Pertencço ao MDB. Porém, toda iniciativa oficial que vier ao encontro dos anseios do povo brasileiro, em qualquer setor, contará com todo o meu apoio e do povo que tenho a honra de representar nesta Casa. Entendo que a Cidade Universitária do Fundão é um passo gigantesco no campo da educação, e a ele devem ser acrescidos outros tantos necessários, para que o Brasil saia do estágio atual para assumir posição invejável no campo do ensino e da pesquisa, saindo igualmente do rol dos subdesenvolvidos para o altiplano de nações industrializadas. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Nos termos do art. 184, § 2.º do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de fazer a comunicação para a qual me inscrevi, quero congratular-me com o nobre Senador Carvalho Pinto pelo brilhante discurso que acaba de pronunciar. E declaro que este discurso há de constituir valioso subsídio para que o nosso eminente Ministro da Agricultura possa encaminhar a solução mais justa e mais acertada para o grave e importante problema da produção e consumo do leite em nosso País.

Sr. Presidente, desejo prestar, aqui, em poucas palavras, homenagem simples e sincera a um grande amigo que ontem faleceu em Mato Grosso.

Não tendo exercido esse amigo cargo que justifique a inscrição de um voto de pesar em nossos Anais, quero manifestar este pesar em meu nome e no do Estado de Mato Grosso. Refiro-me ao Coronel Gustavo Rodrigues da Silva, ontem falecido e sepultado em Parnaíba, cidade que adotou como terra natal.

O Coronel Gustavo fazia parte de um grupo de mineiros que, vindo do Triângulo, se localizou às margens do

Rio Paraná e ali, com seu trabalho, com seu esforço e com sua dedicação, promoveu um grande desenvolvimento na região que abrange desde Parnaíba até Cassilândia, para o leste e até Aparecida do Taboado para o oeste.

Esses mineiros, homens de bem, habituados à vida agrícola, constituíram em Parnaíba, em Aparecida do Taboado e em Cassilândia os seus lares, organizaram suas famílias, organizaram suas fazendas e, com seu grande esforço contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da região.

O Coronel Gustavo, ontem falecido, se destacava especialmente por suas grandes qualidades de homem de coração. Teve atuação política durante longo tempo; foi meu companheiro de luta mas, em meio às lutas mais exacerbadadas, da época de 1945 a 1964, nunca perdeu o equilíbrio e nunca deixou de manter as melhores relações de amizade com os adversários políticos do seu Município. O chefe político, seu adversário, era seu compadre e amigo. O Coronel Gustavo Rodrigues Silva foi Prefeito de Parnaíba, grande Prefeito, cargo que aceitou forçado pelos amigos, pois não desejava qualquer função pública. Como Prefeito envidou todos os esforços no sentido de melhorar as condições do Município: tudo fez para que fosse instalado o serviço de águas, o serviço de energia elétrica, como também instalado e aparelhado o hospital da cidade. Seu máximo sonho, sua maior aspiração era ver construída a ponte no local denominado Ponto Alencastro, ponte que possibilitará o intercâmbio permanente e constante entre essa região sudeste de Mato Grosso e o Triângulo Mineiro, zona que tem como centro Frutal.

Essa, Sr. Presidente, foi a grande aspiração do Coronel Gustavo. Ele, que nunca pediu nada para si mas para os outros, e para o seu Município, pediu-me encarecidamente obtivesse do Governo da República a construção da ponte em Ponto Alencastro. Essa obra já é decisão do Governo federal. O eminente Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Eliseu Rezende, afirmou que a ponte será construída. Infelizmente, o Coronel Gustavo não terá a felicidade de vê-la em funcionamento, de ver realizado o seu sonho.

Sr. Presidente, Mato Grosso perdeu um dos seus melhores valores, não somente em Parnaíba mas em todo o Estado.

Com estas palavras Sr. Presidente, de saudade, de respeito e de afeto, quero prestar sentida homenagem àquele patricio, àquele conterrâneo, digamos assim, que tanto fez em benefício nosso.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muita honra.

O Sr. Fernando Corrêa — Peço que V. Ex.^a considere suas palavras como se também tivessem sido por mim proferidas, a respeito do Coronel Gustavo Rodrigues Silva, realmente uma figura tradicional em todo o Bólsão do Rio Parnaíba.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito obrigado ao aparte do nobre Senador Fernando Corrêa. S. Ex.^a sabe que o Coronel Gustavo, em épocas passadas, foi seu adversário político mas nem por isso deixou de prestar a S. Ex.^a toda a homenagem de seu respeito e de sua amizade. O aparte do nobre Senador constitui justa homenagem àquele cidadão respeitável, estimado e amado mesmo em toda a região que o nobre Senador chamou de Bólsão, e que é constituída pelo Rio Paraná, de Três Lagoas, para Leste, até o Rio Aporé, no nosso limite com Goiás.

Com estas palavras, Sr. Presidente, registrando, nos Anais do Senado, o nosso pesar, presto homenagem a quem tanto fez por Mato Grosso, servindo, portanto, dessa maneira, também ao Brasil. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS SENADORES:

José Guimard — José Esteves — Cattete Pinheiro — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunez — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Auguste Franco — Heitor Dias — Ruy Santos — João Calmon — Amara Peixoto — Vasconcelos Torres — Magalhães Pinto — Orlando Zancaner — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Em 11 de setembro de 1972
Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a 21 do corrente terá início, em Roma, a Assembleia Geral da União Interparlamentar.

De acordo com o que estabelecem os Estatutos, deverão comparecer a essa reunião o Vice-Presidente, Senado Tarso Dutra e o Membro do Conselho como membros natos, e mais dois Senadores da ARENA e um do MDB. Da ARENA, um deverá ser indicado pelo Grupo Executivo da União e outro por Vossa Excelência.

Segundo me declarou o Presidente do Grupo o nome escolhido foi o do Senador Guido Mondim.

Permito-me sugerir a Vossa Excelência a indicação de um dos nomes constantes da seguinte lista triplíce:

Gustavo Capanema

Leandro Maciel

Waldemar Alcântara.

Como membro do Conselho não poderei comparecer à Reunião de Roma, nos termos dos Estatutos, indicio para substituir-me o nobre Senador Jey Braga.

Atenciosamente. — Filinto Müller, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com a comunicação que acaba de ser lida, deverão compor a representação do Senado, na Assembléia Geral da União Interparlamentar, os Senhores Senadores:

Tarso Dutra, Vice-Presidente,

Ney Braga, em substituição ao Sr. Senador Filinto Muller, Membro do Conselho,

Guido Mondim, indicado pelo Grupo Executivo da União Interparlamentar, e o Senador Gustavo Capanema, designado por esta Presidência.

A designação do representante do MDB será feita oportunamente, após indicação do respeito Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres números 46, 47, 48, 49, 50 e 51, de 1972 CN, das Comissões Mistas incumbidas do estudo dos Decretos-leis números 1.233, 1.226, 1.230, 1.228, 1.232 e 1.227, respectivamente, esta Presidência convoca sessões conjuntas do Congresso Nacional a serem realizadas no Plenário da Câmara dos Deputados, e acordo com o seguinte calendário:

Dia 12 de setembro, às 19 horas

3.ª-feira

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 36/72 CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.233, de 19-7-72;

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 37/72 CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.226, de 26-6-72.

Dia 13 de setembro, às 19 horas

4.ª-feira

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38/72 CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.230, de 5-7-72;

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 39/72

CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.228, de 3-7-72.

Dia 14 de setembro, às 19 horas

5.ª-feira

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40/72 CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17-7-72;

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41/72 CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.227, de 28-6-72.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Finda a Hora do Expediente.

Estão presentes na Casa 60 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972 (n.º 737-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool a alienar as Destilarias Centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob números 298 e 299, de 1972, das Comissões:

— de **Economia**, com voto vencido do Sr. Senador Augusto Franco; e

— de **Finanças**.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1972, que autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool a alienar as destilarias centrais de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e dá outras providências.

Redija-se assim o art. 2.º:

“Art. 2.º As destilarias de que trata esta Lei não poderão ser deslocadas para outros Estados, exceto as que se encontram paralisadas há mais de três anos consecutivos.”

Justificação

O art. 2.º do Projeto resulta de emenda aprovada na Câmara dos Deputados. Tal dispositivo veda aos adquirentes das destilarias a serem alienadas a transferência para outros Estados. A vedação prevista no artigo poderá criar obstáculos aos ob-

jetivos pretendidos pela iniciativa do Poder Executivo.

Existem destilarias que estão paralisadas há vários anos e que dificilmente teriam condições econômicas de funcionar no mesmo local. O prazo previsto pela emenda pressupõe que a paralisação, por tão longo tempo, é indicio manifesto da ausência de condições econômicas satisfatórias para reinício de atividades no mesmo local.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972. — Ruy Santos, Vice-Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. JOÃO CLEOFAS (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o projeto em discussão no Senado, Projeto de Lei n.º 24/1972, na Câmara dos Deputados, resultante de mensagem presidencial solicitando autorização para alienação de Destilarias Centrais instaladas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, merece, na verdade, nossa aprovação. Ele significa desde logo que o Poder Público está dentro da orientação traçada pelo Governo revolucionário de, gradativamente, reduzir o campo de intervenção do Estado na iniciativa privada.

O assunto todavia merece alguns reparos ou observações. A produção de álcool, sobretudo o álcool combustível, ou carburante, o álcool anidro, deverá merecer, por certo, do Governo do Presidente Médici, um mais devido exame.

Sabemos todos que apesar do tenaz esforço desenvolvido pelo Governo, no sentido de aumentar a nossa produção petrolífera, ela vem mantendo-se praticamente a nível estacionário.

O objetivo inicial do Governo, ou mais precisamente do IAA, ao criar as destilarias oficiais, era precisamente socorrer, com uma parcela adicional, a nossa então escassa produção de petróleo, sobretudo para complementar na oportunidade o nosso então quase inexistente parque industrial de refinarias no País. Hoje, felizmente, dispomos de refinarias de petróleo que podem atender à nossa plena capacidade de consumo.

Recentemente, o Presidente Médici inaugurou a Refinaria de Paulínia, no Centro de São Paulo, com capacidade para atender talvez à demanda de todo aquele Estado. Todavia, o problema da importação de petróleo para refino no País assume aspectos que nos vão causando certa apreensão. Este ano, devemos importar aproximadamente 500 milhões de dólares de petróleo cru. As destilarias de álcool anidro instaladas e de propriedade do Instituto do Açúcar e do Alcool vêm

trazendo uma contribuição, na atualidade, praticamente insignificante para o problema da produção de álcool combustível no Brasil. Basta dizer que, de acordo com informe do parecer do nobre Senador Ruy Santos, elas hoje apresentam uma produção de 280.000 litros-dia enquanto o setor privado é capaz de ofertar 3.320.000 litros/dia, dos quais 543.000 na região Norte-Nordeste.

Sr. Presidente na complexa legislação elaborada pelos diferentes Governos que se preocupam e que se vêm preocupando com o nosso programa de combustíveis, o álcool-anidro vem sendo considerado invariavelmente como matéria-prima de alto interesse nacional. Ainda há pouco o próprio Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, intimamente articulado ao Sr. Presidente da PETROBRAS, o eminente General Ernesto Geisel, fez idênticas recomendações no sentido de que se intensificasse a produção de álcool-anidro para adicionar à mistura da gasolina automotiva usada no País. É preciso, Sr. Presidente — e estou certo de que o problema não passará despercebido a nosso Governo — que ao se vender, ao se alienar essas destilarias — que o Governo em boa hora vai fazê-lo — que se estabeleçam condições para que elas produzam também uma determinada percentagem de álcool combustível, que não passem a produzir apenas álcool potável para utilização preferencial em fabrico de bebida. Nesta hora há um grande interesse na exportação do nosso melão, há procura de numerosos países para a compra do melão residual, à base do qual se produz o álcool. Então, o álcool potável, tendo essa situação de escassez pela exportação da matéria-prima, irá evidentemente elevar-se de preço; irá, sem dúvida alguma, forçosa e logicamente ser desviado da produção de álcool carburante — álcool de todo o interesse do Governo em que seja produzido — para se transformar em álcool-bebida. Em toda parte dos países organizados existe praticamente uma política de monopólio do álcool no sentido de se facilitar a produção de álcool para outros fins, sobretudo para fins carburantes e industriais e dificultar a produção de álcool-bebida.

Era esta, Sr. Presidente, a ligeira observação que me permitiria aqui fazer, assumindo mesmo o compromisso perante esta Casa de dentro de breves dias trazer aqui um estudo mais minucioso e mais completo deste assunto. Na verdade, neste momento estamos misturando apenas 2% de álcool carburante na nossa gasolina, quando ao preço atual da gasolina, o álcool carburante não traz qualquer ônus para essa mistura. E todos os estudos técnicos, todos, invariavelmente, asseguram que a

nossa gasolina terá um poder de detonação, um poder de aplicação muito maior se a ela for adicionada uma quantidade de álcool carburante ou anidro. Há estudos técnicos dos mais completos sobre o assunto. Se não me engano, a própria gasolina azul assim chamada que consideramos com poder detonante bem mais elevado — e na realidade o é — a própria gasolina azul é aquela que leva mistura de álcool carburante.

Eram essas, Sr. Presidente, as observações rápidas que eu queria fazer, nessa oportunidade, ao dar o meu voto favorável a esse projeto, a fim de contribuir para que leve em conta evitar que essas destilarias que foram construídas com a finalidade de produzir álcool carburante venham amanhã ser destinadas preferencialmente à produção de álcool para bebida. Conhecemos bem o Brasil e sabemos que em toda parte as nossas bebidas são feitas à base de mistura, utilizando, como matéria-prima principal, o álcool industrial.

Ainda para reforçar esse ponto de vista, quero, Sr. Presidente, referir-me a que tive oportunidade de comparecer, há oito dias, em companhia dos nossos eminentes colegas Senadores Arnon de Mello e Teotônio Vilela à inauguração de uma obra gigantesca realizada no Nordeste, que é o terminal açucareiro de Recife. Esta iniciativa realizada pelo Governo da Revolução constitui a maior inversão, o maior investimento de interesse público realizado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, durante os seus 40 anos de existência, porque ela tem uma significação não apenas estadual, ou regional mas sobretudo nacional.

De passagem, já que estou falando das destilarias que utilizam o melão para a fabricação do álcool, devo dizer que, no próprio terminal açucareiro há instalações permitindo o embarque automático de mais de 100 metros cúbicos por hora de melão para exportação. Vê V. Ex.^a que os problemas se articulam e se identificam para ser estudados dentro de uma solução completa e integral que tenho como certo, será a que o nosso Governo da República irá realizar.

Devo, Sr. Presidente, tenho mesmo o dever de fazê-lo, e este é o objetivo principal de meu pronunciamento, trazer ao conhecimento do Senado alguns dados referentes àquela gigantesca iniciativa inaugurada em Recife. O terminal açucareiro se integra na política nacional de corredores de exportação: essa política salutar que o Governo vem realizando, no sentido de estimular por todas as formas o nosso setor de exportação. O terminal açucareiro, decerto, é a primeira iniciativa concreta a dar partida na política governamental de

corredores de exportação no Nordeste. Para se ter uma idéia precisa do que representa o terminal açucareiro basta dizer o seguinte: os navios que iam ao porto de Recife carregar açúcar, um navio médio, digamos de 10 mil toneladas, levava de 10 a 15 dias para ser carregado e utilizava cerca de 1.000 homens — porque o açúcar era trazido ao convés do navio e ali o estivador rasgava o saco e despejava no porão, para seguir então a granel ficando a sacaria praticamente inutilizada. Atualmente, um navio, que gastava 10 a 15 dias para ser carregado com 10.000 toneladas está sendo carregado em 10 horas apenas. Reduziu-se, por conseguinte, a 10% o custo da operação para exportação do açúcar; reduziu-se o proveito da economia açucareira; reduziu-se, sobretudo, em proveito a renda do Instituto do Açúcar e do Alcool, para que ele continue realizando a tarefa administrativa, técnica e econômica que vem realizando. Dela, Sr. Presidente, de passagem posso dizer, terrei algumas observações, talvez algumas críticas a fazer, mas, no seu conjunto, a obra que está realizando a atual administração do Instituto do Açúcar e do Alcool é meritória merecendo no seu conjunto toda aprovação.

O açúcar, não é demais referir constituiu, durante muitos anos, o primeiro ciclo econômico da riqueza do País. Roberto Simonsen, na sua magistral "História Econômica Brasileira", referia que o açúcar carrega para o Brasil maior volume de divisas, quase o dobro, daquele carregado depois pelo ciclo da mineração, o ciclo do ouro. Nesta hora o açúcar já é o segundo produto de exportação do nosso País. Ele vai ocupar, no ano de 1972, percentagem em torno de 11% das exportações brasileiras.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Brasil tinha um grande produto de exportação ocupando posição singular, como era ou como ainda é o café. Os demais eram produtos que tinham por assim dizer, percentagens inexpressivas no campo das exportações. O Governo vem realizando uma política, inteligente e corajosa política de subsídio e de favores à exportação. Todos os louvores devem ser consignados para essa política. O açúcar, entretanto, não tem recebido nenhum subsídio. Ao contrário, o lucro da exportação pertence todo ao Instituto do Açúcar e do Alcool. Apesar disso, Sr. Presidente, os homens que trabalham a terra brasileira e que ocupam da produção agrocanavieira olham com entusiasmo e confiança na política que está sendo realizada, sobretudo nós, homens do Nordeste, porque naquela Região que se produz o açúcar exportado pelo Brasil.

Tenho em mãos um trecho do Plano de Safra para 1972, em que

estão estabelecidas as quotas de produção e de exportação.

Para uma produção nacional automatizada de 93 milhões de sacos, Norte e Nordeste terão uma produção de açúcar cristal em torno de 15 milhões de sacos, e demerara, de 16.800.000 sacos, enquanto São Paulo, hoje o grande produtor de açúcar do Brasil, deverá exportar 8.000.000 de sacos de açúcar demerara.

A implantação do corredor de exportação e do terminal açucareiro produzirá economia de grande porte, que pode ser avaliada pelos números que há pouco citei de relance.

Sr. Presidente, agora cabe-me referir outro aspecto muito bom, de que todos nós, homens públicos, devemos tomar conhecimento. É que, com a exportação do açúcar, através do terminal, ficariam sem trabalho cerca de 1.500 estivadores do Recife. Então, o Instituto do Açúcar e do Alcool adotou uma providência, elaborou um convênio, que deve servir de padrão, de modelo para todas as organizações semelhantes: durante 10 anos, custeará, com seus próprios recursos, provenientes dos lucros das exportações, o pagamento do salário daqueles estivadores. No ano corrente, os estivadores receberão salário integral, que irá diminuindo sucessivamente à razão de 10% ao ano. Ao fim do 10.º ano, eliminar-se-á esse suposto ônus que pesaria sobre o Instituto. Sabemos, Sr. Presidente, que em 10 anos esses homens, esses trabalhadores terão tempo bastante para procurar outros derivativos, outras ocupações. É exemplo salutar numa região em que há uma crise crônica, acentuada, por assim dizer, de desemprego. Esses homens estão tranqüilos, satisfeitos, certos de que terão condições de, durante o período de 10 anos, se adaptarem a outras atividades.

É registro oportuno que fazemos nesta hora.

Devo dizer ainda, Sr. Presidente, para honra nossa e para honra do Governo da Revolução, o terminal açucareiro de Pernambuco foi obra projetada em 1966, na gestão do Presidente Castello Branco. O primeiro edital de concorrência foi aberto naquele ano, na ocasião Presidente do Instituto o Sr. Paulo Maciel. Como se trata de obra gigantesca, pois o terminal açucareiro representa o segundo em porte e dimensões em todo o mundo, os editais sofrerão revisão e aperfeiçoamento. Foram convocados técnicos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, porque também obra portuária, para figurarem no estudo e na elaboração daquele documento. Os editais foram julgados em fins de 1967, já então Presidente do Instituto o Sr. Evaldo Inojosa. Foi S. S.ª que assinou o

respectivo contrato de adjudicação das concorrências. A obra, porém, foi prosseguida já na terceira administração, quando ocupava a Presidência do Instituto o Sr. Francisco Oiticica. Mas, na realidade, ela foi ter um surto de renovação, de vigor, de energia e na atual administração do Instituto, sob o comando do General Álvaro Tavares Carmo.

Também para honra nossa, devemos citar este fato como um dado significativo de que, na realidade, foi implantada uma política de planejamento, foi continuada e perseguida, como de resto, é a característica predominante do Governo que temos no nosso País. O terminal foi inaugurado a 3 de setembro último, há oito dias, sob os aplausos e a confiança de todos os pernambucanos e de todos os nordestinos.

Vale a pena, ainda de passagem acentuar que devemos, na realidade, concentrar a nossa produção exportável na região Nordeste. A região Sul tem o maior consumo de açúcar, e as suas usinas ficam localizadas a uma distância média superior a 300 quilômetros do porto de Santos, enquanto em Pernambuco, em Alagoas, a distância média não chega a 120 quilômetros.

Com a construção desse terminal e as medidas de incentivo adotadas neste momento pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, poderemos elevar nossa produção açucareira no Nordeste, com toda facilidade, fixando-a em 20 milhões de sacas em Pernambuco, e em torno de 14 milhões em Alagoas. Então, poderemos ter um contingente de exportação do Nordeste não apenas de 16 milhões de sacas, o nosso contingente de exportação no ano corrente, mas poderemos elevá-lo e não compeitei a Paraíba nem outros Estados do Nordeste, menores produtores — poderemos elevá-lo a um contingente de exportação até de três milhões de toneladas.

Há fome de açúcar no mundo; Cuba, sabemos, fracassou — está pro-

duzindo a metade. É hora, é a vez do açúcar para o nosso País. Temos certeza, temos confiança de que esta hora, esta vez, esta oportunidade não deixaremos escapar! O Brasil é atualmente o maior produtor de açúcar de cana do mundo.

O açúcar, que foi no século XVII a principal fonte de divisas do País, aquela produção que, se dizia, enobrecia o povo e o fazia rico no Nordeste e despertou a cobiça do invasor holandês, fazendo-o conquistar, durante trinta anos, a nossa região açucareira para constituir aqui o principal centro de produção mundial, o açúcar terá no Brasil também renovado o seu destino histórico de ser a fonte de aquisição de divisas para o povo brasileiro.

Não tenho dúvida de que esta é a confiança que todos temos.

Sr. Presidente, não preciso, neste improvisado pronunciamento, fazer uma descrição mais minuciosa do que é aquela obra que ali acaba de ser posta em funcionamento.

Quero, apenas, citar de relance, ou passarei à Taquigrafia para publicação, o quadro contendo o contingente de exportação de açúcar do Brasil nos últimos anos a partir de 1965 e no ano corrente, e bem assim o montante de divisas carregadas cada ano para o nosso País.

No ano corrente já exportamos até junho mais de 1.500.000 toneladas, devendo a exportação total situar-se em torno de quatrocentos milhões de dólares somente de açúcar. É um dado, na verdade, sobremodo auspicioso para trazermos ao conhecimento do Senado. E o Nordeste, pela sua antiga vocação de produtor deste gênero, voltará a ocupar consolidando uma posição preponderante com o auxílio, com o esforço, com a cooperação do Governo do Presidente Médici.

Os quadros abaixo são elucidativos:

Do Nordeste saem 70% da exportação brasileira de açúcar, pelos portos de Recife e de Maceió, como se vê abaixo:

Exportação brasileira de açúcar volume: 1.000 toneladas

	1967	1968	1969	1970	1971
Brasil	995	1.079	1.060	1.130	1.231
Recife	597	701	690	735	563

Ano	Açúcar exportado pelo Brasil		Preço médio unit. US\$
	Vol. ton/met.	Valor US\$	
1965	815.312	60.129.919	73,83
1966	998.350	80.114.155	80,24
1967	995.004	82.825.759	83,24
1968	1.078.706	106.879.480	99,04
1969	1.061.203	112.064.087	105,60
1970	1.129.848	126.740.335	112,17
1971	1.231.062	151.029.200	112,68
1972	1.524.647	256.370.728	168,15

(Até 31/7)

Era, Sr. Presidente, o que me compelia dizer nestas apressadas considerações. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Continuam em discussão o Projeto e a Emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discuti-los, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, para emitir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto e da emenda e às Comissões de Economia e de Finanças para opinarem sobre o mérito da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 300 e 301, de 1972, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e

— de Economia.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO
N.º 15, de 1972**

(N.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovado em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto dos Estatutos da Organização Mundial de

Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, representante do Estado da Bahia.

O SR. RUY SANTOS — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente, celebrou-se, no dia 8 deste mês, o Ano Novo hebraico.

Sabe V. Ex.ª, e sabem os Srs. Senadores, o que tem sido a luta dos israelitas, em todo o mundo, para o desenvolvimento do país que os abrigou, mesmo depois que, após a Segunda Guerra Mundial, foi possível Israel ter o seu Estado e o seu governo.

Em todos os grandes centros do mundo, em todas as grandes comunidades, existem parcelas de israelitas. E a contribuição desse povo para a ciência e para o progresso do mundo tem sido assinalada.

A passagem do Ano Novo hebraico, o eminente Chefe da Nação, o Presidente Médici enviou a seguinte mensagem:

“Na oportunidade da celebração do ano novo hebraico, desejo trazer à comunidade israelita do Brasil as expressões de minha emoção e de meus votos.

A hora de medir o tempo é também hora de retrospecto, de retemperar energias, de reacender esperanças, de renovar a fé.

Sou testemunha da obra de construção e de paz dos israelitas brasileiros, de sua grande contribuição para o progresso do país, e de sua identificação a todas as outras comunidades, com elas participando da extraordinária unidade do povo brasileiro, livre dos preconceitos de origem, de classe, de raça, de religião.

Trago-lhes a renovação de minha admiração nos valores de sua inteligência e de sua vontade, a minha confiança na sua capacidade de realizar, na sua vocação de fraterna convivência humana.

E faço votos para que todos os israelitas do Brasil, identificados a seus irmãos de todo o mundo, encontrem energias para a superação de angústias e aflições, a

fim de que realizem ainda mais nos caminhos do amor, da fraternidade e da paz.”

A mensagem, na sua beleza e grandeza, foi expedida justamente no instante em que o povo israelita, o Estado de Israel sofria aquele golpe estúpido ocorrido em Munique.

O eminente Chefe da Nação fez muito bem em se referir à superação de angústias e aflições que o povo israelita tem neste momento.

Sr. Presidente, ao deixar nos Anais a mensagem do Chefe do Governo, estamos certos de que os israelitas vencerão essas angústias, passarão por cima da estupidez do terror e continuarão a lutar por um mundo sempre melhor e feliz.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr. Senadores, pedi a palavra para encaminhar a V. Ex.ª, a fim de ser lido o expediente de amanhã, um requerimento para que seja inserida nos Anais da Casa a “Declaração de Brasília, aprovada unanimemente pelo VII Congresso Indigenista Interamericano.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as conclusões do VII Congresso Indigenista Interamericano desmascaram aqueles que no exterior tentam torcer a imagem política brasileira no que se refere ao indígena.

O Presidente do Instituto Interamericano Indigenista, Gonçalo Rubi Orbi, ao apresentar relatório a propósito daquele Encontro, ressaltou que o Brasil passou a fazer parte da relação de países que mais benefícios levam às populações indígenas. Ma adiante, no relatório afirma que o Estatuto do Índio, em vias de transformar em lei, será a base legal e efetiva para a defesa e desenvolvimento dos grupos indígenas e poderá oferecer sugestão aos demais países do continente.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muito prazer, eminente Senador,

O Sr. Eurico Rezende — Para dizer esse relatório, salientando que o Brasil, em termos de assistência ao seu índio, ocupa liderança no mundo basta citar que a nossa Constituição Federal assegura aos índios, aos silvícolas, a posse de suas terras, estabelecendo, portanto, uma proteção territorial, justa, e numa área sacratíssima, que é o local onde o índio desenvolve as suas atividades econômicas para completar o seu orçamento di-

méstico e também para se expandir, conquistando, com isso, melhores condições de vida e de bem-estar.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Agradeço, eminente Senador Eurico Rezende, as honrosas expressões com que ilustra o meu pronunciamento. Em verdade, a política indigenista brasileira sempre teve características humanas, desde os primórdios da Independência. Recordar-se V. Ex.^a, e, por certo, toda a Casa, de que foi José Bonifácio de Andrada e Silva — daí por que o VII Congresso Indigenista Interamericano fez parte das comemorações do Sesquicentário da Independência — quem iniciou, por assim dizer, a codificação da proteção ao indígena brasileiro. Já dizia ele, há 150 anos, em ato oficial, que “os indígenas devem ser tratados com justiça, brandura e constância”, princípio que foi seguido por todos os outros governos brasileiros, indo até ao magnífico Cândido Mariano Rondon, que o traduz numa frase filosófica: “Morrer, se preciso for; matar, nunca”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este sempre foi o espírito brasileiro, o espírito do Governo brasileiro no trato do problema indígena.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Só para concluir o meu raciocínio, queria dizer que ficamos estarelecidos quando vemos, como há poucos meses, em colunas de prestigiosos jornais de grandes países, notícias que nos irritaram profundamente. Mas, graças a Deus, o VII Congresso Indigenista Interamericano, que contou com representantes não apenas dos continentes sul e norte-americano, mas também da UNESCO, da OEA e de outras organizações internacionais, que puderam verificar não só o que está inscrito na Constituição Federal — para o que nos chamamos a atenção o Senador Eurico Rezende — não só o que está inscrito nos códigos, mas ainda gigantesco trabalho que realiza a FUNAI por este Brasil afora, para proteger o índio, para lhe dar condições de saúde, de educação e sobretudo de integração na comunidade brasileira.

Ouçõ V. Ex.^a, com muito prazer.

O Sr. José Lindoso — Ao relatar as conclusões do VII Congresso Indigenista Interamericano, V. Ex.^a faz a colocação ressaltando que, com o comparecimento de especialistas internacionais, tiveram todos a oportunidade de verificar o nosso esforço em favor de uma política indigenista correta e humana, de acordo com os princípios mais altos traçados pelos órgãos internacionais relativamente aos grupos minoritários autóctones. V. Ex.^a reportou-se à História, para mostrar a fidelidade do Brasil nessa linha, fazendo do esforço de José Bonifácio na

codificação de leis de proteção ao índio. Digo a V. Ex.^a que o Brasil sempre foi fiel a essa linha, implantada, pelo Cristianismo, à Bandeira que serviu nos primeiros momentos e aos quais temos sido fiéis em toda a nossa História. A índia que encontramos aqui foi recebida sob as bênçãos de Frei Henrique de Coimbra, teve em Anchieta sua proteção e, quando passou a ser escravizada, teve na palavra de Vieira o instrumento da sua defesa, não só na Corte, mas aqui mesmo, nas terras do Brasil. O problema do índio nos preocupa e, ainda hoje, o *Jornal do Brasil* traz documentário impressionante. É grande o esforço brasileiro nesse sentido, mas todos temos consciência de que muito ainda resta fazer, porque o índio representa para nós aquele que foi o dono primeiro da terra, com o qual estamos dialogando na construção de uma civilização, essa civilização brasileira representada por uma democracia racial, sem abismos entre grupos de raças e ou de qualquer outra espécie, porque as pontes são as da solidariedade, do diálogo e da fraternidade cristã. V. Ex.^a, portanto, ao trasladar para os Anais do Congresso as Declarações de Brasília, oferece para o historiador do futuro o documento que define as preocupações altas do Brasil em torno do índio, como um patrimônio da humanidade e dentro das nossas perspectivas cristãs e de solidariedade social.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — A V. Ex.^a, eminente Senador José Lindoso, assiste integral razão. Quando se reporta à posição histórica que tem o índio na vida brasileira, V. Ex.^a diz muito bem; foi também o índio que, ao lado de patricios nossos, em muitos e muitos episódios da vida nacional, ajudou a defender o território pátrio, expulsando invasores holandeses; foi o índio brasileiro que ajudou os destemidos portugueses a manter a unidade pátria. V. Ex.^a está absolutamente certo quando diz que a política indigenista brasileira é humana e correta.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, possui o Brasil uma política indigenista que honra a Nação.

Quando assistimos ao trabalho realizado pela FUNAI, sob o comando dessa eminente figura do Brasil, que é Bandeira de Melo, e de uma pleiade de outros homens, vasculhando as matas, penetrando nos sertões, dando condições a civilização, sentimos a presença da FUNAI, na abertura de uma Transamazônica, que corta regiões plenas de índios de várias tribos diferentes e observamos que nenhum choque existe entre o progresso que chega e o homem que é dono da terra, graças a um trabalho de catequese feito por esses homens, graças a uma abertura de ordem doutrinária, poderíamos dizer, feita pelos homens da FUNAI. Podemos ter a certeza de

que estamos com uma entidade capaz de integrar o índio no processo social e desenvolvimentista brasileiro. É evidente que a política indigenista brasileira não é plena de acertos e sem nenhum erro; mas uma coisa deve ser ressaltada: se erros existem, se A ou B, isolada ou individualmente, pratica absurdos à sombra de proteger o índio, há uma preocupação fundamental do Ministério do Interior, há uma preocupação séria por parte da FUNAI em corrigir esses erros, há uma preocupação séria do Governo em conduzir a solução do problema do índio a bom termo.

A FUNAI, encarregada da execução plena da política indigenista brasileira, tem dentre outros objetivos fundamentais — como aquele de demarcar as terras pertencentes às comunidades tribais numa defesa ao homem que, antes de nós, antes do progresso, é o dono da terra — de promover assistência médico-sanitária aos índios, indispensável à salvaguarda da higiene do índio; de promover a educação de base apropriada ao índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional sem perda da sua própria cultura — e isso é muito importante — a salvo de mudanças bruscas; de promover o desenvolvimento de cada comunidade indígena com oportunidade, de acordo com as condições sócio-econômicas que possuem através da autopromoção de grupo.

Sr. Presidente, incorporo ao meu discurso anotações retiradas de um órgão de divulgação da própria FUNAI, em que constam as metas e objetivos dessa organização, não só no que tange aos problemas da divisão territorial de defesa do território índio, como da demarcação específica da terra, da sua atividade no setor da saúde nos convênios realizados pela FUNAI no setor educacional, no desenvolvimento comunitário, enfim, dos projetos especiais que a FUNAI tem em todo o território brasileiro em favor, em benefício da comunidade tribal do País.

Com a realização do VII Congresso Indigenista Interamericano, que contou com a presença de representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Peru, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, além de observadores do Canadá, Espanha, República Dominicana e observadores especiais da UNESCO, teremos posto, sem dúvida alguma, uma pá de cal naqueles que, no exterior, pretendem distorcer o grande esforço brasileiro na política indigenista.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a permite outro aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Meu aparte, neste momento, é para salientar

que o Governo está elaborando planos para dinamizar a sua política de proteção ao índio, e essa proteção obviamente só estará assegurada quando o índio estiver integrado em nossa comunidade social. A política indigenista no Brasil tem peculiaridades e oferece certas dificuldades: em primeiro lugar, há concentração de tribos porque essas se distribuem por vários pontos do nosso território, e, no passado, não houve uma política global — o Governo se limitava a criar núcleos de proteção. Esses núcleos, via de regra, foram mal administrados e o que houve foi a dizimação de tribos indígenas completas; por outro lado, há dificuldade bem acentuada porque o nosso índio não tem linguagem escrita. Daí, então, alguns óbices na comunicação entre os administradores e executores dessa política e as comunidades indígenas. Mas isto, no futuro, irá nos favorecer porque enquanto em outros países se procurou e se procura integrar o índio, mantendo, porém, a sua linguagem escrita, no Brasil, teremos a oportunidade de — como disse —, não tendo eles linguagem escrita, transmitir-lhes o ensino e, por via de consequência, o aprendizado da Língua portuguesa. Então, em alguns países, temos o índio mais ou menos integrado, e um pouco desintegrado ao mesmo tempo, por causa do antagonismo de linguagem escrita. Assim, esse problema é mais difícil para nós, mas será mais benéfico no futuro, porque a integração será total. Por outro lado — e este é um ângulo importante — a ocupação econômica da Amazônia e a criação desses organismos governamentais de caráter regional, facilitarão a colocação do índio na comunidade nacional. Daqui a alguns anos, não haverá diferença entre o elemento que decorreu da colonização e o elemento nativo, e, completada essa tarefa, teremos a desejada integração do índio na comunidade nacional.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Eminentíssimo Senador Eurico Rezende, a sensibilidade de V. Ex.^a me permite enfocar o problema com absoluta realidade; mais do que isso, fazendo uma extrapolação no tempo — não sei, inclusive, se a própria FUNAI teria pensado nisto, mas a verdade é que V. Ex.^a tem inteira razão: o problema da inexistência da linguagem escrita vai permitir uma integração completa.

A cultura do índio, de maneira geral, em todo o continente americano, é muito disforme: existe muito pouca relação de cultura inclusive até de ordem religiosa, entre uma tribo dos Karará do Norte com os Xavantes, ou qualquer outra tribo de índios do Centro brasileiro, o que permite uma integração mais fácil, uma eliminação *pari passu*, com o tempo, dessas raízes de ordem religiosa, de ordem cultural e até poder-se-ia dizer, de ordem étnica.

V. Ex.^a trata do problema com muita acuidade quando ressalta a dificuldade da FUNAI que, para atender não à totalidade senão à maioria das tribos brasileiras, já identificadas, tem que dispor de 142 postos indígenas, com posições assumidas em 9 aldeias diferentes, além de 4 parques indígenas, do Xingu, do Araguaia, do Aripuanã e do Tumucumaque, que têm extensão de, às vezes, 30, 40, 50 e até 60 mil quilômetros quadrados.

É de avaliar-se mesmo a dificuldade que a FUNAI tem, no exercício das suas funções de integração dos indígenas brasileiros, que não são em tão grande número. Até hoje devemos possuir, no Brasil, quando muito, 180.000 silvícolas.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a outro aparte? (Assentimento do orador.) Atualmente há um problema muito sério no Senegal, que, como V. Ex.^a sabe, foi colônia francesa. Ali se fala a língua tribal, muito diversificada, e a francesa, da classe média para cima. O grande Presidente Senghor, homem de cultura ocidental bastante acentuada e uma das figuras culturais mais aplaudidas do mundo, chegou à conclusão de que sem a unidade de língua é impossível a integração. Então, ele está implantando uma língua própria no Senegal. Estivemos lá — eu e o nobre Senador Wilson Gonçalves — e verificamos que existe, de um lado, a religião muçulmana e de outro, em minoria, a católica e outros ramos do Cristianismo. Essa falta de unidade religiosa, de equilíbrio religioso, estava funcionando como fator de perturbação do mesmo modo que a diversidade de línguas. O Presidente Senghor espera, ao final de seu mandato, implantar uma nova língua, de uso compulsório no Senegal. A principal tarefa da FUNAI — e não me parece que este problema venha sendo enfrentado — é trazer o índio para o idioma português, porque devo dizer a V. Ex.^a que o índio só estará integrado na comunidade brasileira no dia em que começar a votar em candidato a vereador e a prefeito. Só poderá assim fazer quando estiver manejando a língua pátria.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — A solução que V. Ex.^a traz à luz, para esta Casa, encontrada pelo eminentíssimo Presidente Senghor, é, sem dúvida nenhuma, sábia. Na África portuguesa, há o mesmo problema seriíssimo. Nesse Continente, há países, inclusive, em que oito, dez, vinte ou trinta dialetos se falam numa determinada região. Esse problema, como bem enfocou V. Ex.^a, não haverá — pelo menos com a ênfase existente na África — em território brasileiro.

Com relação à integração do índio no contexto social dos civilizados, há preocupação da FUNAI no ensinamento do Português, já que, não existindo escrita na língua-mãe, se

torna, evidentemente, muito mais fácil aprender e fixar a grafia na língua nacional. Há, de parte da FUNAI, uma política parcimoniosa nesse sentido, de fazer com que o índio vá, aos poucos, aprendendo o vernáculo para que, amanhã, possamos apreender o seu pensamento e a sua idéia na língua portuguesa e, com o tempo, ele mesmo deixaria de usar a língua-mãe. Ai, então, alfabetizado, poderá, como quer V. Ex.^a, Senador Eurico Rezende, votar num candidato a vereador ou a prefeito, para se integrar, efetivamente, na vida brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com estas considerações, julguei de valia pedir a inserção da Carta de Brasília, aprovada unanimemente pelo VII Congresso Indigenista do Brasil, inspirada na política indigenista brasileira que, em última análise, foi calcada nos pensamentos humanistas e, sobretudo, de grande brasilidade do eminente Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja posição, em favor dos silvícolas, serviu de base a muitos dos itens da Convenção Internacional de Genebra, de proteção ao índio de todo o mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR OSIRES TEIXEIRA EM SEU DISCURSO:

POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA

Aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a atual política indigenista brasileira estabelecida pelo Ministério do Interior tem por objetivos fundamentais:

- demarcar as terras pertencentes às comunidades tribais;
- promover a assistência médico-sanitária aos índios, indispensável à salvaguarda da higidez do índio;
- promover a educação de base apropriada ao índio, visando a sua progressiva integração na sociedade nacional, sem perda de seus padrões culturais e a salvo de mudanças bruscas;
- promover o desenvolvimento de cada comunidade indígena, com oportunidade e de acordo com as condições sócio-econômicas que possuem através da autopromoção do grupo.

Fundação Nacional do Índio

Para a consecução da política estabelecida acima, foi instituída pela Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio vinculada ao Ministério do Interior com a finalidade de:

- promover o respeito à pessoa do índio, às instituições e comunidades tribais;

b) garantir a inalienabilidade e a posse das terras habitadas pelos índios e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes;

c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;

d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a processar-se sua evolução sócio-econômica a salvo de mudanças bruscas;

e) gerir o patrimônio indígena no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

f) promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

g) promover a prestação de assistência médico-sanitária aos índios;

h) promover a educação de base apropriada ao índio, visando a sua progressiva integração na sociedade nacional;

i) despertar, pelo instrumento de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

j) exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Divisão Territorial

Para o cabal cumprimento da missão imposta e tendo em vista a grande extensão territorial a seu cargo, a FUNAI descentraliza a execução das ações através de 9 Delegacias Regionais, 2 Ajudâncias, relativamente autônomas, 4 Diretorias de Parques Indígenas e 142 Chefias de Postos Indígenas.

Atividades em curso

Demarcação de Terras

Trata-se de objetivo prioritário. É considerado por nós, como ponto fundamental, a garantia da posse permanente dada aos índios, das terras onde habitam.

Exemplos recentes, como o do grupo tribal Kanela, no Estado do Maranhão, revelam que a simples demarcação de uma área territorial indígena é suficiente para que o grupo se sinta estimulado sob todos os aspectos sociais tais como, retomada de tradições culturais cuja prática havia sido interrompida ou abandonada (cerimônias, rituais, cultos, danças e cânticos); maior atividade no cultivo do solo, nas construções, no artesanato, etc.

Em cumprimento ao Programa de Demarcação de Terras, para 1972, estão em execução, no corrente ano, vários projetos de demarcação, numa área global de 3.720.148 ha (três milhões, setecentos e vinte mil, cento e quarenta e oito hectares), com uma

despesa prevista de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzelros).

Para o ano de 1973 está programada a demarcação de 6.570.000 ha (seis milhões, quinhentos e setenta mil hectares), com uma despesa prevista de Cr\$ 5.920.160,00 (cinco milhões, novecentos e vinte mil e cento e sessenta cruzelros).

Atualmente, os índios diretamente assistidos pela FUNAI vivem em terras pertencentes ao Patrimônio Indígena e incluídas em:

142 Postos Indígenas e 9 aldeias

4 Parques Indígenas (Xingu, Araguaia, Aripuanã e Tumucumaque)

11 Reservas Indígenas:

- 1) Waimiri-Atroari
- 2) Parakanã
- 3) Kararaô
- 4) Nhambikwara
- 5) Pareci
- 6) Irantxe
- 7) Erigpactá
- 8) Tapayuna
- 9) Kaybi
- 10) Apiaká
- 11) Karitiana

Saúde

Tendo em vista maior presteza no atendimento médico-sanitário, particularmente no setor da cirurgia e assistência hospitalar, a FUNAI apesar de possuir 1 (um) Hospital em Santa Izabel do Morro, na Ilha do Bananal (GO), firmou vários convênios com Secretarias Estaduais de Saúde, Instituições Assistenciais Federais, Internacionais, Autônomas, Hospitais Estaduais e Particulares, num total de 17 Convênios.

Educação

Simultaneamente com a assistência médico-sanitária, a FUNAI desenvolve um Programa Educacional, com o objetivo de alfabetizar, em português e na língua do grupo tribal, ministrar conhecimentos básicos de aritmética, e treinar o índio nas modernas técnicas de cultivo do solo e criação de rebanhos.

Está claro que essas atividades estão sendo exercidas nas comunidades indígenas que estão em vias de integração, ou já integradas.

Além disso a FUNAI organizou cursos especiais para Coordenadores de Ensino, Professores e Monitores para o ensino bilíngüe.

Também estão programados cursos de iniciação e orientação profissional na Escola Clara Camarão, no PI Guarita (Estado do Rio Grande do Sul) e a instalação de pequenas oficinas para aprendizado em vários outros Postos Indígenas.

Atividades Escolares

— População escolar indígena	15.112
— Número de escolas	144
— Número de professores:	
— Pertencentes aos Quadros da FUNAI	
— Cedidos pelas Prefeituras Municipais	55
— Índios monitores	19

Desenvolvimento comunitário

— O moderno conceito de Desenvolvimento Comunitário envolve um complexo harmônico de estímulos à comunidade indígena, com reflexos em todos os seus setores de atividades.

— Todos os aspectos de saúde e educação; de comunicação e transporte; de organização e atividades sociais, agrícolas e pecuárias; de pequenas indústrias rurais e fomento ao artesanato, têm de ser estimulados de forma harmônica e simultânea, visando, primordialmente, à **autopromoção do grupo**.

— Nenhum desses aspectos pode ou deve ser encarado isoladamente, sob pena de provocar-se um desequilíbrio sócio-econômico na estrutura fundamental da comunidade.

— A FUNAI continua a realizar pesquisas nesse campo do desenvolvimento comunitário, especialmente no aspecto de autopromoção do grupo. Já foi elaborado o Plano Global para o Desenvolvimento Comunitário. Em decorrência desse Plano maior, já estão prontos projetos específicos para várias comunidades indígenas localizadas nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em convênio com a FAO estamos realizando o Projeto Kraolândia, destinado ao desenvolvimento da comunidade Krahô.

Projetos em Execução

— Os investimentos realizados no 1.º trimestre de 1972, nos vários projetos em execução, atingiram o seguinte montante:

	Cr\$
— Culturais básicas de subsistência	170.000,00
— Caça e Pesca	20.000,00
— Extrativismo Vegetal	29.000,00
— Pecuária	16.000,00
— Habitação	54.000,00
— Fomento ao Artesanato	41.000,00
— Administração e Desenvolvimento Social	42.000,00
— Aquisição de equipamentos	33.000,00
— Assistência Técnica	28.000,00
Total	433.000,00

Em 1971, foram investidos Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) nos vários projetos acima discriminados.

Além desses projetos, outros estão prontos para serem executados, concernentes às comunidades Desana, Wanana, Kobewá e Tukana no Estado do Amazonas; comunidades Kaiapó-Menkragnotire, dos rios Baú e Iriri, no Estado do Pará.

Em estudos, acham-se os planos e projetos relativos aos grupos tribais Pianokotó, Tirió e outros que vivem no Parque Indígena do Tumucumaque — Estado do Pará; Marubo, Mayoruna e outros na região sudoeste do Estado do Amazonas.

Outros projetos específicos para abastecimento de água potável a vários Postos Indígenas situados nos Estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, estão sendo objetos de estudos entre as Secretarias Estaduais, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a FUNAI.

Projetos Especiais

Paralelamente aos projetos de desenvolvimento comunitário, já referidos, a FUNAI está implantando projetos especiais de desenvolvimento agropecuário e florestal, tendo em vista valorizar cada vez mais as riquezas naturais das terras indígenas.

O projeto florestal é decorrente de um convênio estabelecido entre a FUNAI, a Superintendência de Desenvolvimento do Sul e a Escola Florestal da Universidade de Curitiba (PR).

Nesse projeto já foram investidos:

Cr\$

— Estudos preliminares e conhecimentos	167.000,00
— Reconhecimento aerofotogramétrico ...	290.000,00

Nas atividades agrícolas, especialmente nos Estados sulinos e na Ilha do Bananal, foram implantados projetos especiais para trigo, soja, arroz, mandioca, amendoim, milho e feijão, num investimento global de Cr\$ 784.000,00 (setecentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) em uma área total aproximadamente de 2.000 ha.

Quanto à pecuária, estão implantados dois projetos de escala, para criação de gado bovino. Um deles é na Ilha do Bananal, já com rebanho da ordem de 3.000 cabeças e um plantel de 21 reprodutores Nelore. O outro é na Fazenda São Marcos, no Território de Roraima, e está na fase de implantação. O investimento já feito nesses dois projetos orça aproximadamente em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

A FUNAI E A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

A FUNAI está participando ativamente da construção da Rodovia Transamazônica, Cuiabá—Santarém, Xavantina—Cachimbo e Manaus—Caracará, dando apoio aos trabalhos, não só diretamente aos canteiros de obras das firmas construtoras e Unidades de Engenharia do nosso exército, como realizando a atração e assistência permanente aos silvicultores daquela área.

Para consecução desses objetivos a FUNAI instalou ao longo da Rodovia Transamazônica, três bases de apoio: Pucuruí, Kararaô (Altamira) e Itaituba.

1) A Base de Pucuruí conta com duas frentes de atração em atendimento as tribos Parakanã.

2) A Base de Kararaô também com o apoio de duas frentes para as tribos Kararaô e Assurini.

3) Base de Itaituba — apóia as frentes de trabalhos das firmas construtoras.

Na Rodovia Cuiabá — Santarém, instalação da Base de Cachimbo, com uma frente de apoio ao 9.º BEC na atração dos Kren-Akarore.

A Manaus—Caracará conta com uma frente de atração aos índios Waimiri e Atroari.

O Parque Indígena do Aripuanã mantém três Postos Indígenas de atração aos índios Cinta-Larga e Suruí.

Essas Bases apóiam, logisticamente as frentes de penetração e as firmas construtoras, e graças a esse apoio os trabalhos de construção das rodovias não sofreram qualquer solução de continuidade, pois a FUNAI com as suas frentes de penetração, vem assegurando a necessária tranquilidade ao prosseguimento das obras.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — O requerimento do nobre Senador Osires Teixeira será lido na sessão de amanhã, de acordo com o que solicita.

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista, representante do Estado de Sergipe.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou regressando de uma viagem que fiz ao Paraná. Convidado por um dileto amigo, lá passei este fim de semana, prolongado pelos feriados. Estive em Cornélio Procópio, Santa Mariana e Londrina, a tudo procurando ver e conhecer.

Foi com admiração e imensa satisfação que vi o progresso colossal daquela maravilhosa terra, grandes e progressistas cidades de apenas algu-

mas décadas, verdadeiro milagre da natureza fértil e do trabalho de brasileiros procedentes de diversas regiões do País, que desbravaram e cultivaram aquelas terras, transformando-as em riquezas imensas.

Não ocultarei a emoção com que vi os cafezais, plantações de soja e, sobretudo, os trigais que se perdem de vista, na sua incomparável beleza. O paralelo entre o que via e o meu Nordeste sofrido, onde a natureza desafia e maltrata o homem que ali trabalha, no secular denodo com que enfrenta, à custa de todos os sacrifícios e, não raro, da própria vida, a inclemência do clima e tantos outros fatores que se erguem como barreiras intransponíveis ao trabalho do homem! E, mais que nunca, almejava o definitivo progresso da terra brasileira, sob o impulso dos governos da Revolução, a fim de que se torne realidade o quanto antes o novo Nordeste com que há tantos anos sonhamos: desenvolvido, com suas riquezas, como os imensos depósitos de minerais que jazem no subsolo sergipano, exploradas e o povo nordestino expandindo a mesma alegria e a mesma saúde que pude ver no Paraná!

Em Cornélio Procópio, vi a Fábrica de Café Solúvel Iguazu lá existente e que produz e exporta dois tipos de solúvel: o liofilizado e o atomizado, conquistando novos mercados para o progresso brasileiro. Tive ocasião de conversar com o povo das cidades ou os homens que labutavam no campo.

Nesta inesperada viagem, muitas surpresas vim a ter. Uma, no entanto, me foi especialmente grata.

Refiro-me à constatação de que trabalho, progresso, amor cívico — tudo que a Revolução de Março de 64 trouxe ao Brasil chegara ao Paraná alguns anos antes, com o Governo do nosso prezado colega, eminente Senador Ney Braga. Este um testemunho que me foi dado inúmeras vezes, por pessoas as mais diversas. Os depoimentos não ficavam nas afirmativas, pois eram prontamente seguidos de exemplos e mais exemplos! Sentia eu, estranho naquelas terras, o emocionante afã com que os paranaenses se empenham em “provar-nos”, “demonstrar-nos” o que foi o Governo Ney Braga e quem é o Senador Ney Braga! A espontaneidade com que o povo dá vazão ao seu entusiasmo de reconhecimento e gratidão é tão forte que assume aspectos de verdadeira catequese, à qual não podemos resistir, tantas as provas que nos colocam à frente dos olhos. Senti, Sr. Presidente, o quanto é difícil não ser, no Paraná, correligionário, partidário do Governador Ney Braga, irmanando-se no sentimento da imensa maioria daquele povo!

Cornélio Procópio é, todos sabem nesta Casa, o maior produtor de café do Brasil e, portanto, do mundo. Fruto do desbravamento do Norte Paranaense, como foi Santa Mariana, por um pioneiro, homem excepcional que para lá levou seu entusiasmo, seus ideais e sua imensa capacidade de trabalho, à qual juntou sempre sua rara generosidade. Refiro-me, Sr. Presidente, ao Coronel Francisco Moreira da Costa, que do Sul de Minas estendeu seu trabalho e sua obra até aquela região, inexplorada e selvagem, há quarenta anos atrás, daí o merecido culto que é prestado à sua memória.

Sr. Presidente, encerrando estas rápidas considerações, quero afirmar que não homenageio um colega, nem mesmo um velho amigo. Na visita que fiz a uma zona do Paraná, pude verificar no que se tornou aquela terra abençoada por Deus, graças a pioneiros como o Coronel Francisco Moreira da Costa, e ao trabalho de nosso povo. Pude, também, verificar o quanto aquele espantoso progresso ficou a dever a um bom governo, fonte de renovação política, líder autêntico de profundas transformações na vida política, econômica e social do Estado. Este um testemunho que trago a esta Casa, juntamente com a alegria de ver que todo esse trabalho revolucionário foi realizado no Paraná por um eminente colega, a quem ora rendo homenagens, o nobre Senador Ney Braga!

O Sr. Ney Braga — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Ney Braga — Direi poucas palavras. Eu me sinto emocionado porque V. Ex.^a traz à minha lembrança, hoje, o meu Estado e aquilo que o povo de todo o Brasil, que para lá foi, realizou e está realizando. V. Ex.^a é um homem do Nordeste; tenho também nordestinos como ascendentes meus. Para lá foram tantos homens daquelas plagas castigadas pelo sol, torradas pela seca; levaram esperanças e a grande vontade de também, naquele rincão, ajudar a construção deste País. Eu me emociono quando o prezado colega homenageia o meu governo, governo que foi nosso, governo que foi daqueles homens de uma geração que talvez já esteja passando, mas que fez questão de formar a geração que vem. O meu governo tinha meninos, naquela época, de 25, de 30 anos. Era uma juventude que estava devotada a servir o Brasil no meu Estado. E também tinha jovens de 60, 65 anos. Eu costumava dizer como agora reafirmo, com saudades do meu Estado, porque realmente todos nós trazemos para cá aquele sentir profundo de saudade dos nossos rincões: o meu governo, como

no Paraná, todos são jovens, porque a juventude se marca pela alma lisa e não pelas rugas do rosto. É o ideal que marca a juventude, como V. Ex.^a tem, como seu governo teve no Sergipe querido, do qual eu também tenho gratas recordações do passado, inclusive porque um ancestral meu foi Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe. Por certo, V. Ex.^a levou dentro da alma a sua grande bondade e recolheu as impressões com que se manifestou a meu respeito, do bondoso povo do meu Estado. As duas bondades se somaram e, assim, surgiram as palavras de V. Ex.^a Agradeço-lhe profundamente e deixo aqui também o agradecimento do meu Estado, pelo retrato fiel que V. Ex.^a está fazendo do seu povo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eminentíssimo Senador Ney Braga, não faço mais do que justiça a V. Ex.^a Conheço-o desde Deputado federal, no velho Palácio Tiradentes, quando juntos integramos a Câmara dos Deputados; depois, como Prefeito de Curitiba; posteriormente, naquelas memoráveis lutas do Municipalismo brasileiro; depois Governador do seu Estado; a seguir, Ministro da Agricultura do governo do nosso saudoso Presidente Castelo Branco, e, finalmente, no Senado da República.

Visitando o Paraná, percorrendo aquela região, para mim foi uma surpresa agradável. Vi cidades de 30 e 40 anos que orgulham qualquer brasileiro. Nas conversas que mantivemos, nos diversos setores de atividades, com os homens do campo, com os homens ligados aos sindicatos rurais, tanto nas cidades de Londrina, Cornélio Procópio e Santa Mariana, não imagina V. Ex.^a a emoção e a alegria que sentimos ante as manifestações daquele povo a V. Ex.^a, a gratidão, a admiração e o respeito ao homem público.

Acho que todo aquele que não sendo do Estado e visite a região que não a sua deveria vir à tribuna, como eu o faço, a fim de proclamar que ainda existem homens públicos no Brasil que são respeitados no seu Estado e que, tendo atravessado um Governo, deixaram saudades. Político que sou, que já exerci vários cargos públicos, só posso sentir alegria em ver a grande estima que desfruta V. Ex.^a no Paraná. Não dizia a ninguém que era seu amigo, escutava e via muitas vezes o entusiasmo dos paranaenses por aquele homem que foi Governador do seu Estado. Podemos afirmar que V. Ex.^a é sempre esperado, para a continuação da grande obra que realizou naquela terra abençoada por Deus.

Eminentíssimo Senador Ney Braga, não o homenageio; faço simplesmente justiça a um homem que trabalhou, que produziu, que levou o seu Estado para a frente, com operosidade, honradez, bondade e amor à terra onde nasceu.

Finalmente, sob a forte impressão dos contrastes entre as terras paranaenses e as do meu Nordeste, reafirmo minha fé no desenvolvimento veloz de todo o Brasil, tal como o quer o eminente Presidente Garrastazu Médici, a fim de que desapareçam para sempre as desigualdades regionais, o Nordeste igualmente transformado em riquezas, o seu povo tão feliz e alegre quanto o que vi no Paraná! (Muito bem. Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Fernandes.

O SR. ANTÔNIO FERNANDES — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela passagem do "Dia da Imprensa", ontem, desejo manifestar aplausos e solidariedade aos profissionais do jornalismo do Brasil, e o faço através deste registro no Senado, que transformo em mensagem de congratulações ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Sr. Adonias Filho.

Superando dificuldades e vencendo obstáculos a todo passo, os homens da Imprensa, num permanente trabalho de difusão e propagação de idéias, vêm prestando ao País serviços inestimáveis, propiciando ao povo brasileiro condições de cultura e esclarecimento através do grande organismo de comunicações.

Srs. Senadores, estendendo nossas homenagens aos que no passado implantaram no Brasil esse maravilhoso veículo que difunde e propaga idéias construtivas, desejo, ao reverenciar o passado e as suas lutas, comemorar o presente destacando como ponto alto a dignidade dos profissionais que, unidos, buscam a consolidação de suas conquistas permanentes.

Nossa Imprensa lutou para que o Brasil de hoje pudesse ter alcançado o progresso que tanto vem projetando, junto a outras nações, a imagem de país vitorioso.

Nossos jornalistas também lutaram para que o Brasil de hoje tivesse os patriotas que trabalham pelo nosso crescimento e pela nossa grandeza.

Nossa Imprensa conspirou também em Vila Rica e se fez presente no riacho do Ipiranga, conduzindo, cada vez mais alto, o brado heróico da Independência.

Ela esteve em todos os movimentos importantes da História do Brasil, consciência de seus deveres para com a Nação, que também ajudou a construir com seu patriotismo e seu desprendimento.

Sr. Presidente, ao fazer o registro na Casa, associo-me às comemorações pela passagem do "Dia da Imprensa", e congratulo-me com os nossos jornalistas, aqui presentes todos os dias, trabalhando conosco para ajudar a

consolidação da independência sócio-econômica do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais orador inscrito.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 95, de 1972, de

autoria do Senhor Senador Paulo Torres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Ordem do Dia" baixada, no Dia do Soldado, pelo Exmo. Sr. General Orlando Geisel, Ministro do Exército, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 304, de 1972, da Comissão Diretora.

2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1972, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispensa os empregados inscritos em curso do MOBIL da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite nor-

mal de sua jornada, e determina outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 288, 289 e 290, de 1972, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emendas que apresenta de n.ºs 1 e 2-CCJ; — de Legislação Social, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça, e com as emendas que apresenta de n.ºs 1 e 2-CLS; e — de Educação e Cultura, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 52, 1972-(CN), "que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.236, de 28 de agosto de 1972, que altera o artigo 17 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966".

1.ª REUNIÃO, (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1972

As quinze horas e trinta minutos do dia cinco de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Virgílio Távora, Lourival Baptista, Geraldo Mesquita, Wilson Gonçalves, Antônio Carlos, Helvídio Nunes e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Sebastião Andrade, Raimundo Parente, Joaquim Macedo e Parente Frota, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 52, de 1972 (CN).

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Virgílio Távora, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Raimundo Parente.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Parente Frota 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Argilano Dario 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputados Parente Frota e Argilano Dario.

Assumindo a presidência o Senhor Deputado Parente Frota, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Ruy Santos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária, la-

vrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Parente Frota

Vice-Presidente: Deputado Argilano Dario

Relator: Senador Ruy Santos

Senadores

1. Ruy Santos
2. João Cleofas
3. Virgílio Távora
4. Lourival Baptista
5. Geraldo Mesquita
6. Wilson Gonçalves
7. Cattete Pinheiro
8. Antônio Carlos
9. Helvídio Nunes
10. José Augusto

Deputados

ARENA

1. Sebastião Andrade
2. Gonzaga Vasconcelos
3. Raimundo Parente
4. Célio Marques Fernandes
5. Ernesto Valente
6. Osnelli Martinelli
7. Joaquim Macedo
8. Parente Frota

MDB

1. Adalberto Sena
1. Álvaro Lins
2. Fernando Cunha
3. Argilano Dario

CALENDÁRIO

Dia 5-9-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até dia 25-9-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 25-9 — na Comissão Mista;

Até dia 28-10 — no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 7, de 1972-CN, que "Dispõe sobre a Re-tribuição e Direitos do Pessoal Civil e Militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências".

**1.ª REUNIÃO, (INSTALAÇÃO), REALIZADA
EM 6 DE SETEMBRO DE 1972**

As onze horas e trinta minutos do dia seis de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, Benedito Ferreira, Paulo Tôrres, Clodomir Milet, Ney Braga, Wilson Gonçalves, José Lindoso, Guido Mondin e Flávio Britto e os Senhores Deputados Passos Pôrto, Alberto Hoffmann, Adhemar Ghisi, Bento Gonçalves, Hannequim Dantas e Paulo Ferraz, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 7, de 1972-CN.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Guido Mondin, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Paulo Tôrres.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Wilson Gonçalves	14 votos
Senador Ney Braga	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Pedro Ivo	1 voto
--------------------------	--------

O Senhor Presidente declara eleitos os Senhores Senador Wilson Gonçalves e Deputado Pedro Ivo, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Wilson Gonçalves agradece a escolha do seu nome para tão alto cargo e designa Relator da matéria o Senhor Deputado Adhemar Ghisi.

A seguir, consultando o Senhor Relator da data da apresentação do seu parecer perante a Comissão, foi convocada a Comissão para o dia 19 do corrente, às 21:00 horas, no Auditório do Senado Federal, para discussão e votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião e para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Deputado Pedro Ivo
Relator: Deputado Adhemar Ghisi

Senadores**Deputados****ARENA**

- | | |
|----------------------|---------------------|
| 1. Virgílio Távora | 1. Passos Pôrto |
| 2. Benedito Ferreira | 2. Alberto Hoffmann |
| 3. Paulo Tôrres | 3. Airon Rios |
| 4. Clodomir Milet | 4. Adhemar Ghisi |
| 5. Ney Braga | 5. Bento Gonçalves |
| 6. Wilson Gonçalves | 6. Hannequim Dantas |
| 7. Jessé Freire | 7. Paulo Ferraz |
| 8. José Lindoso | 8. Jarmund Nasser |
| 9. Guido Mondin | |
| 10. Flávio Britto | |

MDB

- | | |
|-------------------|--------------------|
| 1. Amaral Peixoto | 1. João Arruda |
| | 2. Lisâneas Maciel |
| | 3. Pedro Ivo |

CALENDÁRIO

Dia 6-9 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 6-9 — Instalação da Comissão, eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14-9 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 19-9 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21,00 horas, no Auditório do Senado Federal;

Até dia 27-9 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

— Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado e distribuído em avulso o parecer da Comissão Mista.

— Prazo: Início, dia 7-9; e, término dia 17-10.

— Secretária: Lêda Ferreira Rocha

— Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo — Senado Federal. Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 314.

M E S A

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1.º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2.º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1.º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2.º-Secretário:
Clodomir Milet (ARENA — MA)

3.º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)

4.º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)

1.º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2.º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3.º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4.º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Ruy Santos (ARENA — BA)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)
Benedito Ferreira ARENA — GO)

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Paulo Tôres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
Luz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDBAmaral Peixoto Nelson Carneiro
Franco Montoro
Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES	SUPLENTE
	ARENA
Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domício Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

José Augusto

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castelo-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Accioly Filho

Virgílio Távora

Saldanha Derzi

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castelo-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tórres
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Alexandre Costa
Orlando Zancaner
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**
- 2) **Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.**
- 3) **Comissões Especiais e de Inquérito.**
- 4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).**

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PAGINAS

- REUNIAO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIAO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CRS 35,00

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

“Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.”

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

“Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20